

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM A SÍNDROME DO X FRÁGIL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

*Leonardo Toledo Silva¹
Jansen Raphael Cavalcante de Almeida²
Marcela Rossi Alves dos Santos²*

RESUMO

Para pensar a educação em pleno século XXI espera-se uma atitude crítica, em que é preciso situar a sua importância na totalidade dos desafios e incertezas (PALMA; LEHNHARD, 2012). A partir dessas discussões, pretendemos abordar a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física escolar, com foco na Síndrome do X Frágil (SXF). No intuito de fomentar estudos acerca da inclusão, a pesquisa objetiva compreender a SXF e as possibilidades nas aulas de Educação Física escolar, pautando-se na seleção e análise de referenciais teóricos produzidos sobre a temática, buscando sua sustentação através de uma revisão bibliográfica. A proposta metodológica deste estudo é de caráter qualitativo e descritivo, fazendo uso de revisão bibliográfica. Entendemos que cabe ao profissional de Educação Física propiciar ao aluno um ensino criativo e significativo que contextualiza em seu dia a dia, buscando desenvolver o modo de pensar e agir de forma autônoma. Para isso, o docente deve se apropriar de um amplo conhecimento da deficiência, bem como das metodologias utilizadas para alcançar êxito juntamente com o aluno.

Palavras-chave: Síndrome do X Frágil, Educação Inclusiva e Educação Física.

INTRODUÇÃO

Para pensar a educação em pleno século XXI espera-se uma atitude crítica, em que é preciso situar a sua importância na totalidade dos desafios e incertezas (PALMA; LEHNHARD, 2012). Inserida na

Recebido para publicação em 01/2015 e aprovado em 12/2015.

¹ Mestre em lazer (UFMG, 2012). Professor do curso de Educação Física da UEMG/IBIRITÉ e do Centro Universitário de Sete Lagoas – UNIFEMM.

² Graduado em Educação Física pela UEMG/IBIRITÉ.

complexidade do ato educacional, encontra-se a educação inclusiva, que nos exige repensar qual a finalidade da educação e o seu papel no mundo atual (OLIVEIRA, 2002).

Entende-se como inclusão um processo de caráter social e amplo, o qual tem sido assunto de grandes reflexões e debates (CIDADE; FREITAS, 2002). Sabe-se que nem em todo o momento o aluno está incluído, pois em certos momentos ocorre a exclusão (LUNARDI, 2001).

Delou (2009) conceitua Educação Especial como uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades educativas especiais. Segundo a autora, discutir a educação inclusiva na atualidade se torna uma tarefa complexa, pois ela tem tomado diferentes vertentes, e, mesmo sendo desafiante, é preciso realizar seu debate.

A partir dessas discussões, pretendemos abordar a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais nas aulas de Educação Física escolar, com foco na Síndrome do X Frágil. A escolha dessa síndrome partiu de nossas próprias vivências acadêmicas, pois em uma das turmas em que atuamos como estagiários havia um aluno com essa deficiência, o que nos trouxe um desafio para a sua inclusão e permanência durante as vivências práticas.

Partimos do princípio de que a inclusão nas aulas deve acontecer independentemente das dificuldades dos docentes, o que demanda a criação de estratégias de ensino diferenciadas. Para isso, é necessário conhecer as deficiências com as quais nos deparamos no cotidiano escolar (OLIVEIRA, 2002). Nesse sentido, promover a inclusão de discentes com Síndrome do X Frágil é papel da instituição escolar como um todo e de cada docente (AZEVEDO, 2011).

A Síndrome do X Frágil (SXF) constitui a segunda causa específica mais comum de deficiência mental depois da Síndrome de Down (PIMENTEL, 1999). Enquadrada em uma deficiência mental, a SXF é atingida nos pontos de capacidades cognitivas, comportamentais e emocionais, de origem hereditária, sendo causada por aberrações no cromossoma X (AZEVEDO, 2011).

No intuito de fomentar estudos acerca da inclusão, a pesquisa objetiva identificar a SXF e as possibilidades nas aulas de Educação Física escolar, pautando-se na seleção e análise de referenciais teóricos produzidos sobre a temática, buscando sua sustentação através de uma revisão bibliográfica.

A proposta metodológica deste estudo é de caráter qualitativo e descritivo, fazendo uso de revisão bibliográfica. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica precisa ser realizada com materiais já elaborados, como artigos e revistas. Marconi e Lakatos (2001) afirmam que ela tem como finalidade enquadrar o pesquisador em direto contato com as publicações do assunto a ser estudado. Os autores destacam que as publicações utilizadas têm como objetivo único não só resolver problemas já existentes, mas também explorar novas áreas, onde ainda não há uma cristalização do problema.

A partir da escolha do tema e do cronograma construído, buscamos referenciais teóricos, pautados com as palavras-chave: Síndrome X Frágil, Educação Física e Educação Inclusiva. Durante a leitura de alguns textos foram encontradas referências semelhantes em dois ou mais artigos, o que nos aguçou a procura pelo texto original, pois este fazia parte de outros textos úteis em nosso trabalho.

Foi levantado um número de publicações, das quais foram utilizadas as que consideramos pertinentes para a escrita e desenvolvimento do texto, havendo assim uma seleção de 21 artigos, 7 livros, 4 documentos e 2 dissertações.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS DESAFIOS NO SÉCULO XXI

Pensar a inclusão na perspectiva de que os ambientes educativos envolvem as pessoas é refletir sobre a sociedade, pois não há como separar a inclusão escolar da social, propriamente dizendo, pois a escola não é o único ambiente para se promover a inclusão (AZEVEDO, 2011). Tratar de Educação Inclusiva não é um fator que remete ao “aluno deficiente”, mas também às famílias, ao corpo escolar e a toda a sociedade, pois, quanto mais cedo for realizado o processo de inclusão, mais satisfatório será o resultado final, ou seja, a inclusão do aluno com Necessidade Educativa Especial (NEE) (MAZZILO, 2009).

Guimarães (2002) afirma que dentro de uma proposta inclusiva devem-se contemplar os objetivos do discente, pressupondo uma escola que seja capaz de oferecer uma educação de qualidade para todos. Essa autora afirma que, antes, quem deveria se adequar à escola era o aluno, e na atualidade o processo deve ser inverso, ou seja, a escola tem que se adequar ao aluno. Ela comenta que a escola inclusiva

deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, passando pelas demais modalidades, como a educação de Jovens e Adultos.

Azevedo (2011) afirma que, em um pensamento de escola inclusiva, esta tem de se preparar para receber o aluno, em plena e integral forma, realizando alterações necessárias para que sua aprendizagem seja completa, de forma eficaz e positiva. Com isso, cabe à escola a diversidade de seus campos de atuação, modificando estratégias, na busca de experiências positivas na aprendizagem, como também no social, cultural, pessoal e intelectual do aluno.

De acordo com Oliveira (2002), entende-se como educação inclusiva uma educação satisfatória para todos os alunos em classe regular, com o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade e entendimento de todos, mesmo para os que possuem necessidades educativas especiais; portanto, uma política de justiça social, que alcance os alunos.

Com o passar dos anos tem havido crescimento do número de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares; assim, é preciso pensar uma reorganização das rotinas escolares, pois a instituição precisa rever práticas, formar novas competências e construir estratégias de aprendizagem de acordo com as necessidades desse aluno (SANTOS, 2011).

O discente com NEE tem o direito de frequentar e ter atendimento específico, sem ser excluído do meio social e sem ser tratado com diferença. Para isso, é preciso um novo olhar, que se pautar no cuidado, na integração e no reconhecimento de governantes e de toda comunidade escolar. É necessário partir do pressuposto de que todos, sem exceção, tenham o direito de participar e desenvolver sem discriminação, e esse desafio cabe também aos profissionais (CIDADE; FREITAS, 2002).

Mazzilo (2009) afirma que o processo de inclusão “é um processo educacional que busca atender a criança portadora de deficiência na escola ou na classe de ensino regular” (p. 17), mas garante que esse processo é inacabado e precisa de revisão.

Garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, no seu art. 58, entende-se por educação especial a modalidade de educação escolar ofertada, de preferência na rede regular de ensino, para discentes que apresentam deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

Sabe-se que, dentro de uma proposta de Educação Inclusiva, o docente tem apresentado desafios para desenvolver um trabalho pedagógico de qualidade, mesmo sendo essa uma tarefa sua, independentemente das necessidades que o discente pode apresentar, sejam elas física, social, clínica ou psicológica (CORRÊA, 2002).

De acordo com Nozi e Vitaliano (2012), grande parte dos referenciais teóricos ligados à educação inclusiva mostra que a efetivação das políticas educacionais inclusivas tem se dado de “modo a evidenciar que os professores, de modo geral, de todos os níveis de ensino, vêm enfrentando dificuldades para promover a aprendizagem e a participação social dos alunos com NEE”. Assim, veremos no próximo item como se apresenta esse desafio para a Educação Física.

EDUCAÇÃO FÍSICA E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO

De acordo com o Coletivo de Autores (2009), entende-se Educação Física como sendo uma prática pedagógica que, no contexto escolar, desenvolve atividades expressivas ligadas a jogo, esporte, lutas, dança e ginástica, o que podemos chamar de cultura corporal; mas, para falar da Educação Física, exige-se uma criteriosa e rigorosa análise.

Segundo Oliveira (2002), a Educação Física escolar, nas décadas passadas, apresentava um modelo em que o corpo, a aptidão física e o desempenho nas aulas sobressaíam, excluindo o outro lado, ligado aos aspectos sociais, emocionais e cognitivos, tornando-se assim uma disciplina de caráter seletivo.

Sabe-se que a aula com metodologia de ensino por repetição se torna desinteressante, sem uma “preocupação” com a participação e o envolvimento dos alunos (OLIVEIRA, 2002); também, sabe-se que no ambiente escolar deve haver a participação coletiva, e o grande desafio é entender como promover a inclusão escolar de qualidade e responsável (CIDADE; FREITAS, 2002).

Oliveira (2002) mostra que com os avanços da Educação, assim como da Educação Física, novas abordagens vêm surgindo. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997 trazem contribuições para levar a disciplina a um ponto de destaque para a formação de cidadãos críticos, participativos e socialmente responsáveis; contudo, ressalta-se que,

mesmo com os avanços, alguns profissionais ainda têm uma relação de Educação Física e o corpo, ou seja, estão focados no físico e no fisiológico, trazendo assim uma situação seletiva.

Após a Resolução de 03/87 do Conselho Federal de Educação, a Educação Física Adaptada (EFA) tornou-se uma disciplina obrigatória nos cursos de graduação, a qual prevê uma atuação do profissional juntamente com o aluno de NEE. A EFA não se diferencia da Educação Física (EF) em conteúdos, porém tem a capacidade de compreender as limitações do aluno deficiente, adaptando técnicas, métodos e formas de organização para serem ministrados aos discentes, ou seja, cabe ao docente um planejamento com visão no atendimento ao seu aluno com NEE (CIDADE; FREITAS, 2002). Carmo (2002) ressalta que, entre os profissionais de Educação Física, a minoria tem conhecimento suficiente para possibilitar que pessoas com deficiência pratiquem alguma atividade esportiva, recreativa ou de lazer.

A EFA tem importante papel na inclusão, tendo como propósito alavancar a participação de forma ativa dos discentes com NEE em programas com foco em atividades motoras (REYES, 2011). Assim, as atividades propostas pelo professor, além de atenderem com qualidade os alunos, devem exaltar as suas potencialidades (STRAPASSON; CARNIEL, 2007); desenvolver a consciência coletiva, criatividade e criticidade; elevar a autoestima; melhorar a autoimagem; reforçar sua autonomia; prevenir deficiências secundárias; e realizar sua integração na escola, como também na sociedade (KRUG, 2002).

Strapasson e Carniel (2007) ressaltam como objetivos da EFA os estudos e a inserção do profissional no universo de alunos que apresentam diferentes e peculiares condições para a realização de atividades físicas. Seu foco está ligado ao desenvolvimento da cultura corporal de movimento, ou seja, cabe ao professor, dentro dos jogos, lutas, danças, ginásticas e esportes, planejar metodologicamente, considerando a potencialidade de todos os discentes; portanto, as atividades devem se relacionar com a idade cronológica e o grau de desenvolvimento dos alunos, proporcionando-lhes uma melhoria no rendimento motor, crescimento e saúde.

Oliveira (2009) afirma que os professores sabem da perplexidade e da preocupação ao se ministrar aulas em uma turma com diversidade, alegando defasagem na formação para atender esses desafios. Cruz et al. (2002) trazem à tona a reflexão de que “ao pensarmos em pessoas que apresentam deficiências inseridas no

contexto escolar, temos que refletir sobre quem é de fato deficiente, o aluno ou o professor?” (p. 39).

A SÍNDROME DO X FRÁGIL: UMA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

De acordo com Azevedo (2011), a Deficiência Mental/Intelectual (DM/I) tem sido estudada de modo científico a partir do século XIX, tendo atingido até a atualidade um progresso lento, no que diz respeito às atitudes e mudanças da sociedade em geral, em relação ao público que se enquadra nessa deficiência. Sabe que é pelo Manual de Diagnóstico e Estatísticas de Perturbações Mentais (DSM-IV-TR) que se referencia a Síndrome do X Frágil como sendo, dentro de suas características, uma deficiência mental/intelectual.

Rosa (2009) afirma que há muitas tentativas de se definir DM/I, até mesmo em áreas de estudos diferentes, como a Medicina, Psicologia e a Educação, onde já existe grande preocupação com as crianças e adultos que se enquadram nessa população.

De acordo com Batista e Mantoan (2007), essa deficiência tornou-se um grande desafio para o ensino tanto da escola comum quanto para sua definição no Atendimento Educacional Especializado (AEE), devido à sua complexidade e à variação de suas abordagens. As autoras afirmam que, com a dificuldade no diagnóstico, ela tem apresentado uma série de revisões no seu conceito.

Rosa (2009) cita que, de acordo com a Associação Americana de Deficiência Mental, a DM/I é uma incapacidade caracterizada por limitações significativas, tanto no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, como expressa em conceituais, sociais e práticas de habilidades adaptativas.

Bocardi (2003) afirma que a deficiência pode ser considerada entre DM/I leve, moderada, severa, profunda e de gravidade inespecificada, sendo sua classificação relacionada ao nível de Quociente de Inteligência (QI), em que, na primeira, o QI pode variar de 50-55 a 70; na moderada, de 35/40 a 50/55; na severa, de 20/25 a 35/40; e na profunda, abaixo dos 20/25. A de gravidade inespecificada é quando o indivíduo apresenta atraso mental, que não pode ser mensurado por métodos convencionais.

De acordo com o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, em seu art. 5º, parágrafo primeiro, define-se como deficiente mental/intelectual como sendo: pessoas que apresentam o funcionamento

intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, como comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; e lazer e trabalho (BRASIL, 2004).

Mesmo assim, estudiosos da área têm mostrado que esses alunos são suficientemente capazes de construir seu conhecimento e que é de suma importância que o professor os motive, estabelecendo confiança e autoestima para um trabalho satisfatório (OLIVEIRA, 2009).

Azevedo (2011) diz que grandes avanços têm sido feitos em busca de uma definição para a SXF, desde a década de 1940, quando Martin e Bell relacionaram a defasagem cognitiva ao cromossomo X. Após o momento em que essa síndrome se contextualizou, é através da ciência genética que se explica a sua origem e transmissão. Bocardi (2003) afirma que a falta de conhecimento dos profissionais da área da educação provoca diagnósticos errados, principalmente quando eles relacionam a SXF a outras deficiências ou doenças mentais.

Sabendo que a SXF partilha com a deficiência mental diversos pontos em comum, dos quais alguns dizem respeito às capacidades cognitivas, às competências comportamentais/emocionais e ao comportamento adaptativo, Azevedo (2011) explica que, quando há uma irregularidade ou fragilidade no cromossomo X, a criança do sexo masculino poderá apresentar a deficiência de forma mais acentuada, pois ele só possui um cromossomo X; já na menina o déficit não será grande como no sexo oposto, pois ela possui outro cromossomo X, que ajudará na compensação das suas capacidades.

No que diz respeito ao menino, ele pode mostrar as capacidades físicas de formas mais clara, por exemplo as características em todo seu corpo, como face alongada, orelhas “de abano”, macrocefalia, palato arqueado, queixo avantajado (prognatismo), fendas palpebrais pequenas, hiperextensibilidade dos dedos das mãos, pés achatados, deformação dentária, estrabismo, testículos fora do padrão normal de tamanho e pele do rosto sensível (AZEVEDO, 2011).

Essa criança tem grande porcentagem de infecções de ouvidos, que muitas vezes (não tratada corretamente) pode levar à perda da audição, que resulta em desequilíbrio na aprendizagem da fala e da linguagem; entre as características já citadas, nas meninas ainda é possível encontrar uma precoce puberdade, assim como também

menopausa, ocasionando um irregular controle hormonal no sistema endócrino, o que afeta o ciclo menstrual (AZEVEDO, 2011).

Em se tratando das características comportamentais, Bocardi (2003) afirma que o deficiente deve apresentar um diagnóstico diferencial, pois as características fenotípicas não aparecem rapidamente e as comportamentais são o primeiro indício da deficiência. Os deficientes que apresentam essa síndrome são muito impulsivos e mostram grande distração.

O indivíduo apresenta alterações comportamentais, como na conduta, sendo mais sensível aos estímulos visuais, sonoros e táteis, ou seja, as crianças com a SXF não gostam de ser tocadas, assim como também evitam o contato visual. Apresentam hiperatividade, déficit de atenção e movimentos repetitivos com as mãos (conhecido como *flapping*), como balançar, morder e bater. Normalmente, as crianças com essa síndrome têm o hábito de roer unhas. Tratando do domínio sensorio-motor, a criança apresenta dificuldades posturais, de equilíbrio e tônus muscular, dificuldades na noção espaço-corporal, defasagem em planejamento motor, motricidade fina e lateralidade, que podem ser originadas por alguma hipotonicidade e pela hiperextensibilidade das articulações (AZEVEDO, 2011).

Azevedo (2011) afirma que essa criança tem olhar fixo em determinados objetos, bem como variação emocional, oscilando em momentos de angústia, especialmente em mudanças de rotina, o que pode gerar uma crise de pânico, quando não preparada para a situação posterior. O indivíduo varia seu humor, podendo até mesmo, em seus momentos de fúria, realizar agressão verbal, vindo a prosseguir para a física, ou seja, a criança tem dificuldades de se controlar, tornando-se muito impulsiva, trazendo uma eventualidade de situações explosivas.

Bocardi (2003) diz que os discentes têm dificuldade de formular respostas verbais quando questionados, e Azevedo (2011) confirma que eles realmente apresentam dificuldades de comunicação e atraso na pronúncia das primeiras palavras, as quais podem vir a aparecer em torno do quinto ano de vida.

A EDUCAÇÃO FÍSICA PARA DEFICIENTES INTELECTUAIS

A prática de atividades físicas para discentes com deficiência intelectual, além dos benefícios proporcionados pela atividade, pode vivenciar a superação dos seus limites e potencialidades, prevenindo

enfermidades posteriores e promovendo sua integração social. O aluno com a SXF precisa de atividades tanto quanto os demais discentes considerados “normais”, e um trabalho qualitativo e satisfatório com este aluno pode vir a amenizar as suas frustrações (CONTE et al., 2013). Esses autores ressaltam que as aulas de Educação Física podem estimular a construção de atividades e de respeito próprio por parte do discente, e o convívio pode possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, respeito, aceitação e sem preconceitos por parte dos outros companheiros de turma.

Campeão et al. (2011) afirmam que, ao dar início com esse grupo de alunos, ou seja, os que apresentam deficiência, alguns profissionais vivenciam sensação de medo, risco e incerteza, mas, com o passar do tempo, essas sensações negativas dão lugar a prazer, alegrias, surpresas e realizações satisfatórias. Para que se alcancem essas sensações, o profissional de Educação Física deve planejar uma prática pedagógica que visa um desenvolvimento global, ou seja, o professor precisa construir uma relação com esse aluno, em outras palavras, o docente deve ouvir, ver, tocar, além de conhecer seu pensamento e compreendê-lo; portanto, os autores destacam que o trabalho com esses discentes “deve priorizar desse modo tanto o aspecto afetivo, quanto o cognitivo e social, assim como promover o desenvolvimento das relações entre si e com o mundo” (p. 31).

Sabe-se que na atualidade a Educação Física escolar tem passado por mudanças em sua proposta político-pedagógica, trazendo a possibilidade de o discente produzir, reproduzir e transformar sua realidade, além da cooperação, criatividade e novas vivências, proporcionando melhoria na qualidade de vida do aluno. A Educação Física escolar tem como finalidade a inserção do discente no universo da cultura corporal de movimento, fazendo o aluno refletir sobre si, o meio ambiente e o mundo (CAMPEÃO et al., 2011).

Assim, Ferreira e Barreto (2011) afirmam que “diferentes vivências corporais têm sido requisitadas a fim de se construir uma educação física inclusiva” (p. 49). As autoras destacam que a educação física inclusiva aponta para uma abordagem e procedimentos pedagógicos diferenciados, levando o aluno com deficiência a diferentes vivências, à aprendizagem e ao conhecimento de práticas corporais; com isso, afirma-se que a Educação Física inclusiva:

É uma proposta de desestruturação das aulas técnicas tradicionalmente centradas no professor e no ensino diretivo e autoritário. As atividades se constroem a partir das experiências de

cada indivíduo, mas é necessário também que todos aprendam a valorizar o processo tanto quanto o produto. E, por isso, é direito das pessoas com deficiência des-frutarem das atividades de recreação, artísticas e esportivas como parte do seu desenvolvimento e bem-estar, mas não mais separadamente da população geral, já que, hoje, se prioriza práticas corporais junto com pessoas sem deficiência (FERREIRA; BARRETO, 2011, p. 54).

Segundo Campeão et al. (2011), na Educação Física inclusiva o objetivo é “fomentar e aperfeiçoar o desenvolvimento das capacidades percepto-motoras e físicas, além dos aspectos cognitivos e socioafetivos” (p. 41), oferecendo experiências favoráveis de acordo com as NEEs do seu aluno com Deficiência Intelectual (DI) e seu nível de desenvolvimento. Esses autores lembram que, na chegada do aluno à escola, cabe ao professor conhecer esse discente de forma profunda, desde o seu nome, objetivo, vivências, até as suas necessidades educacionais de acordo com sua deficiência.

Carmo (2011) afirma que o profissional de Educação Física tem de entender que todo o grupo de discentes tem direito à realização da aula, cada um de seu modo; é preciso ter a clareza de que os alunos são diferentes, em seus desejos, habilidades e capacidades, elementos importantes para uma aula; devem-se selecionar jogos e exercícios que os envolvam no mesmo espaço e tempo, associando movimentos que se relacionem com o seu dia a dia.

Assim, cabe ao professor durante a aula de EF, e em seu planejamento, considerar, durante o processo de ensino-aprendizagem, o aluno como um todo; definir os objetivos para facilitar a participação do aluno; reforçar a sua autoestima; promover atividades que estimulem a criatividade, atenção, concentração e raciocínio; observar as dificuldades do aluno; e proporcionar atividades que os façam interagir como um todo (CAMPEÃO et al., 2011).

CONSIDERAÇÕES

A SXF se enquadra dentro das deficiências intelectuais como sendo uma aberração cromossômica ligada ao cromossomo X. O aluno com essa síndrome tem ações ligadas a hiperatividade, oscilações de humor, reações espontâneas, entre outras, o que torna complexa a sua inclusão na escola.

Portanto, cabe ao profissional de Educação Física proporcionar ao aluno um ensino criativo e significativo, que contextualiza em seu dia a dia, buscando desenvolver o modo de pensar e agir de forma autônoma. Para isso, o docente deve se apropriar de um amplo conhecimento da deficiência desse aluno, bem como das metodologias utilizadas para alcançar êxito juntamente com o aluno.

Através do estudo, constatamos que a Educação Física Escolar, quando ministrada de forma inclusiva, propicia ao aluno uma superação de seus limites, estimulação motora, cognitiva, afetiva e social, contribuindo para o seu desenvolvimento integral.

A chegada de um aluno de inclusão, especificamente com a SXF, traz desafios ao docente. Para que o fato não aconteça, é preciso que o professor estabeleça/busque conhecimentos interligados ao aluno como benefício para a construção e execução das aulas, pois o aluno com essa deficiência tem direito, assim como os demais, à realização de atividades físicas dentro e fora do contexto escolar, e um bom trabalho nas aulas de Educação Física tende a trazer benefícios, como diminuir suas frustrações e aumentar sua socialização.

Assim, sugerimos novas pesquisas relacionadas ao tema, pois, com o passar dos anos, é crescente o índice de alunos com essa síndrome no ambiente escolar; podemos também constatar uma baixa produção acadêmica relacionando a Síndrome do X Frágil e a Educação Física.

ABSTRACT

INCLUSION OF STUDENTS WITH FRAGILE X SYNDROME IN PHYSICAL EDUCATION CLASSES

To think about education in the XXI century it is expected a critical attitude, it is necessary to place its importance in totality in the challenges and uncertainties (PALMA; LEHNHARD, 2012). From these discussions, we intend to address the inclusion of students with special educational needs in schools' physical education classes, focusing on Fragile X Syndrome (FXS). In order to promote studies on the inclusion, this research objective is to understand the SXF and possibilities in the classes of Physical Education, guided in the selection and analysis of theoretical frameworks produced on the subject, seeking their support through a literature review. The methodology of this study is qualitative

and descriptive, using from literature review. We understand that it is up to the professional of physical education provide students with a creative and meaningful education , contextualized in their routine, trying to develop their way of thinking and acting autonomously. For this, the teacher must acquire a broaden knowledge about the disability, as well as the methods used to achieve success along with the student.

Keywords: fragile X syndrome, Inclusive education and physical education.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. L. B. **A inclusão de uma criança com síndrome do X Frágil – estudo de caso.** Tese (Dissertação de Mestrado para obtenção do grau de mestre em ciências da Educação - Educação Especial) – Escola Superior de Educação Almeida Garret, Lisboa, 2011.

BATISTA, C. A. M.; MONTOAN, M. T. E. **Atendimento educacional especializado em deficiência mental.** Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dm.pdf>.

BOCARDI, D. **Programa de intervenção motora lúdica inclusiva: análise motora e social de casos específicos de deficiência mental, síndrome do x frágil, síndrome de Down e criança típica.** Dissertação (Mestrado em Ciência do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007 prorrogada pela portaria nº 948/2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CAMPEÃO, M. S.; HABIB, S.; FELBERG, A. R. **Conhecendo o aluno com deficiência intelectual. Atividades físicas inclusivas para pessoas com deficiência/Eliana Lucia Ferreira (Org.).** Mogi das Cruzes: Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas, 2011.

CAMPOS, A. M. **O Plano Nacional de Educação (2011-2020) e a educação especial na perspectiva da educação inclusiva: propostas e desafios.** Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0074.pdf>.

CARMO, A. A. do. Atividades físicas inclusivas. In: FERREIRA, Eliana Lucia (Org.). **Atividades físicas inclusivas para pessoas com deficiência** Mogi das Cruzes: Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas, 2011.

CARMO, A. A. do. Inclusão escolar e Educação Física: que movimentos são estes? **Revista Integração** – Educação Física Adaptada, ano 14, Edição Especial/2002. Ministério da Educação – Secretária de Educação Especial. p. 26-30.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. Educação Física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. **Revista Integração** – Educação Física Adaptada, ano 14, Edição Especial/2002. Ministério da Educação – Secretária de Educação Especial. p. 26-30.

COLETIVO DE AUTORES. **Educação Física Escolar na direção de uma nova síntese.** Metodologia de Ensino da Educação Física. 2. ed. Cortez, 2009.

CONTE, M.; DENARDI, V. C.; OLIVEIRA, A. O. de. **A importância da educação física para crianças portadora da síndrome do “x” frágil.** TCC - Educação Física do Instituto Superior de Educação Uirapuru. 2013. Disponível em: <<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/aImport%C3%A2ncia-DaEduca%C3%A7%C3%A3o-F%C3%A2sicaPara/840830.html>>.

CORRÊA, R. M. Forma-Ação de professores. In: GUIMARÃES, Tânia Mafra (Org.). **Educação Inclusiva: construindo significados novos para a diversidade.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2002. p. 27-36.

CRUZ, G. C.; PIMENTEL, É.; BASSO, L. A formação docente do professor de educação física diante das necessidades educativas especiais de pessoas portadoras da paralisia cerebral. **Revista Integração** – Educação Física Adaptada, ano 14, Edição Especial/

2002. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. p. 26-30.

DELOU, C. M. C. A educação especial e a educação inclusiva no cenário brasileiro: contextualização do problema. In: ROSA, Suely Pereira; DELOU, Cristina Maria Carvalho; OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de (Org.). **Educação inclusiva**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

FERREIRA, E. L.; BARRETO, M. A. Práticas corporais inclusivas. In: FERREIRA, Eliana Lucia (Org.). **Atividades físicas inclusivas para pessoas com deficiência**. Mogi das Cruzes: Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KRUG, H. N. A inclusão de pessoas portadoras de necessidades educativas escolar na Educação Física escolar. **Revista de Educação Especial**, Santa Maria, v. 1, n. 19, 2002.

LUNARDI, M. L. Inclusão/exclusão: duas faces da mesma moeda. **Revista de Educação Especial**, v. 2, n. 18, p. 27-35, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAZZILO, I. B. C. V. Inclusão escolar: dissonâncias entre teoria e prática. In: ROSA, Suely Pereira; DELOU, Cristina Maria Carvalho; OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de (Org.). **Educação inclusiva**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

NOZI, G. S.; VITALIANO, C. R. Saberes necessários aos professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 333-348, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>.

OLIVEIRA, E. S. G. Necessidades Educativas Especiais: ainda um dilema para o professor? In: ROSA, Suely Pereira; DELOU, Cristina Maria Carvalho; OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de (Org.). **Educação inclusiva**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

OLIVEIRA, F. F. Dialogando sobre educação, educação física e inclusão escolar. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 8, n. 51, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd51/educa.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2013.

PALMA, L. E.; LEHNHARD, G. R. Aulas de educação física e inclusão: um estudo de caso com a deficiência física. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 115-126, jan./abr. 2012. p. 115-126. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 9 abr. 2013.

PIMENTEL, M.M.G. Síndrome do X-Frágil: diagnóstico molecular. **J. Bras. Patol.**, v. 35, n. 2, p. 94-8, abr./maio, 1999.

REYES, A. C. R. Deficiente Mental e a Educação Física Adaptada. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 16, maio 2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd156/deficiente-mental-e-a-educacao-fisica-adaptada.htm>>. Acesso em: 28 out. 2013.

ROSA, S. P. S. Trabalhando com o aluno portador de deficiência mental. In: ROSA, Suely Pereira; DELOU, Cristina Maria Carvalho; OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de (Org.). **Educação inclusiva**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

SOARES, A. S. **Formação docente na perspectiva da inclusão**. Disponível em: <http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_181143/artigo_sobre_forma%C3%87%C3%83o_docente_na_perspectiva_da_inclus%C3%83o>.

STRAPASSON, A. M.; CARNIEL, F. A Educação Física na Educação Especial. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 11, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd104/educacao-fisica-especial.htm>>.

Endereço para correspondência:

Rua Maria Martins Guimarães, 15, Sagrada Família
31035-100 Belo Horizonte, MG
E-mail: leotoledos@yahoo.com.br